

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone 55 (16) 3323-6650
Fax 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas da
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.
Curitiba - Paraná

Examinamos as demonstrações financeiras separadas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que foram determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Cláudio José Biason
Contador CRC 1SP144806/O-7

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2015	31.12.2014	Passivo	Nota	31.12.2015	31.12.2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	12.450	Fornecedores e outras contas a pagar	13	101	11.252
Contas a receber e outros recebíveis	9	8	518	Provisões e encargos trabalhistas	14	79	77
Impostos e contribuições a recuperar	10	602	107	Obrigações fiscais	15	45	12
Dividendos a receber	22c	3.012	3.012				
Total ativo circulante		3.623	16.087	Total passivo circulante		225	11.341
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores e outras contas a pagar			
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	178		13	31.524	-
Aplicações financeiras	11	33.949	-	Total passivo não circulante		31.524	-
		33.949	178	Patrimônio líquido	17		
Investimentos	12a	155.623	124.097	Capital social		124.978	46.940
Total ativo não circulante		189.572	124.275	Adiantamento para futuro aumento de capital		48.644	78.038
				Reservas de lucros		-	4.043
				Prejuízos acumulados		(12.176)	-
Total do ativo		193.195	140.362	Total do patrimônio líquido		161.446	129.021
				Total do passivo		31.749	11.341
				Total do passivo e patrimônio líquido		193.195	140.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2015	31.12.2014
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	20	<u>(1.465)</u>	<u>(375)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(1.465)	(375)
Receitas financeiras	21	2.448	783
Despesas financeiras	21	<u>(72)</u>	<u>(42)</u>
Receitas financeiras líquidas	21	2.376	741
Participação nos lucros das Companhias investidas por equivalência patrimonial	12	<u>(17.117)</u>	<u>13.968</u>
Resultado antes dos impostos		(16.206)	14.334
Imposto de renda e contribuição social corrente		<u>(13)</u>	<u>(58)</u>
(Prejuízo)/ lucro líquido do exercício		<u><u>(16.219)</u></u>	<u><u>14.276</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31.12.2015	31.12.2014
(Prejuízo)/ lucro líquido do exercício	<u>(16.219)</u>	<u>14.276</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(16.219)</u></u>	<u><u>14.276</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2014		46.940	-	-	-	(10.233)	36.707
Aumento de capital		-	78.038	-	-	-	78.038
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.276	14.276
Reserva legal		-	-	202	-	(202)	-
Retenção de lucros		-	-	-	3.841	(3.841)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	17	46.940	78.038	202	3.841	-	129.021
Aumento de capital		78.038	(78.038)	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	48.644	-	-	-	48.644
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(16.219)	(16.219)
Compensação de prejuízo		-	-	(202)	(3.841)	4.043	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	17	124.978	48.644	-	-	(12.176)	161.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31.12.2015	31.12.2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo)/ lucro líquido do exercício	(16.219)	14.276
Ajustes para:		
Resultado da equivalência patrimonial	17.117	(13.968)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	58
	<u>911</u>	<u>366</u>
(Aumento) redução em contas a receber e outros recebíveis	688	(304)
(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(495)	(124)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	20.373	11.158
Aumento (redução) em obrigações fiscais	33	(20)
Aumento (redução) em provisões e encargos trabalhistas	2	(192)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(13)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>21.499</u>	<u>10.884</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(33.949)	-
Aquisições de investimento	<u>(48.643)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(82.592)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>48.644</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>48.644</u>	<u>-</u>
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.449)</u>	<u>10.884</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>12.450</u>	<u>1.566</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>1</u></u>	<u><u>12.450</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31.12.2015	31.12.2014
Insumos adquiridos de terceiros (inclui PIS e COFINS)	-	(35)
Custos dos serviços prestados	-	(35)
Valor adicionado bruto	-	(35)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(15.206)	15.443
Resultado de equivalência patrimonial	(17.117)	13.968
Receitas financeiras	2.448	783
Outras receitas e despesas	(537)	692
Valor adicionado total a distribuir	(15.206)	15.408
Pessoal	799	869
Remuneração direta	776	725
Benefícios	19	65
FGTS	4	79
Impostos, taxas e contribuições	142	221
Federais	142	221
Remuneração de capitais de terceiros	72	42
Outras	72	42
Remuneração de capitais próprios	(16.219)	14.276
Resultado do exercício	(16.219)	14.276
Valor adicionado total distribuído	(15.206)	15.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 25 de maio de 2011, atualmente localizada na Rua Emiliano Pernetá, 756 - 4º andar, Centro, Curitiba - PR e tem como objetivo principal o desenvolvimento, execução e operação de projetos de energia elétrica, além da gestão, mediante participações societárias, de sociedades que desempenhem essas mesmas atividades.

Em 16 de outubro de 2014, foram adquiridas pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) 100% das ações da Companhia. Desta forma, a Companhia passou a ser uma das holdings da Companhia Paranaense de Energia - COPEL no segmento de energia proveniente de fontes renováveis. Suas operações são representadas substancialmente pela participação de 100% do capital social das controladas a seguir relacionadas:

- a. GE Olho D' Água S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte ("Parques Eólicos") e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 30 MW /h e 15 aerogeradores por um prazo de 20 anos a partir de setembro de 2013.
- b. GE Boa Vista S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte ("Parques Eólicos") e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 14 MW/h e 7 aerogeradores por um prazo de 20 anos a partir de setembro de 2013.
- c. GE Farol S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte ("Parques Eólicos") e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 20 MW/h e 10 aerogeradores por um prazo de 20 anos a partir de setembro 2013.
- d. GE São Bento do Norte S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte ("Parques Eólicos") e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 30 MW/h e 15 aerogeradores por um prazo de 20 anos a partir de setembro de 2013.

Para a produção de energia pelas referidas controladas existem contratos firmados de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fonte Alternativa de Geração, realizado em agosto de 2010.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Considerando que a controladora, Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresenta demonstrações financeiras consolidadas, incluindo todas as controladas da Companhia, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 em conformidade com o CPC 36 (R3) Demonstrações consolidadas.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 13 de abril de 2016.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa nº 16 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 - instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Investimentos

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Receita operacional

A receita das operações é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e de que os custos associados possam ser mensurados de maneira confiável.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- tarifas bancárias; e
- despesas com juros sobre financiamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido. O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (para o excedente de R\$ 240) e a contribuição social à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes, calculadas sobre o lucro presumido tributável às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

f. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2015.

h. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

i. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios);
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortization* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 (R1)/ IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas; e
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 (R1)/ IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e bancos	1	8
Aplicações financeiras	-	12.442
Total	<u>1</u>	<u>12.450</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez.

As aplicações financeiras correspondem a quotas de fundo de investimento prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com remuneração média 95% do CDI em 2014.

A informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 19.

9 Contas a receber e outros recebíveis

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Outras contas a receber		8	8
Partes relacionadas	22	-	688
Total		<u>8</u>	<u>696</u>
Ativo circulante		8	518
Ativo não circulante		-	178

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis é divulgada na nota explicativa nº 19.

10 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicação financeira	595	86
Outros impostos a recuperar	7	21
Total	<u>602</u>	<u>107</u>

11 Aplicações financeiras

Corresponde à aplicações financeiras em fundo de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado com rentabilidade de 13,24% a.a.

Os recursos são vinculados ao financiamento mantido pelas controladas junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para garantir a operação.

A informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados as aplicações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 19.

12 Investimentos

A Companhia registrou uma perda de (R\$ 17.117) em 2015 (ganho de R\$ 13.968 em 2014) de equivalência patrimonial de suas controladas.

Nenhuma das controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas:

a. Composição dos investimentos

	31.12.2015	31.12.2014
GE Boa Vista S.A.	21.939	16.361
GE Farol S.A.	40.875	37.646
GE São Bento do Norte S.A	47.336	36.044
GE Olho D'Água S.A.	45.473	34.046
Total	155.623	124.097

b. Dados sobre as participações

31.12.2015	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
GE Boa Vista S.A.	100,00%	4.079	59.792	63.871	4.124	37.808	41.932	21.939	12.507	(14.244)	(1.737)	(1.737)
GE Farol S.A.	100,00%	5.670	98.322	103.992	11.972	51.145	63.117	40.875	14.953	(20.437)	(5.484)	(5.484)
GE São Bento do Norte S.A.	100,00%	9.047	133.255	142.302	9.166	85.800	94.966	47.336	27.622	(32.327)	(4.705)	(4.705)
GE Olho D'Água S.A.	100,00%	8.122	137.885	146.007	9.368	91.166	100.534	45.473	29.025	(34.216)	(5.191)	(5.191)
Total		26.918	429.254	456.172	34.630	265.919	300.549	155.623	84.107	(101.224)	(17.117)	(17.117)

31.12.2014	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
GE Boa Vista S.A.	100,00%	5.470	60.000	65.470	8.539	40.570	49.109	16.361	8.017	(8.119)	(102)	(102)
GE Farol S.A.	100,00%	18.948	90.653	109.601	17.188	54.767	71.955	37.646	25.175	(11.565)	13.610	13.610
GE São Bento do Norte S.A.	100,00%	16.451	129.515	145.966	18.359	91.563	109.922	36.044	19.412	(18.471)	941	941
GE Olho D'Água S.A.	100,00%	13.075	136.520	149.595	18.179	97.370	115.549	34.046	20.566	(21.047)	(481)	(481)
Total		53.944	416.688	470.632	62.265	284.270	346.535	124.097	73.170	(59.202)	13.968	13.968

13 Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	31.12.2015	31.12.2014
Partes relacionadas	22	31.524	11.248
Fornecedores e outras contas a pagar		101	4
Total		31.625	11.252
Passivo circulante		101	11.252
Passivo não circulante		31.524	-

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2015 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 19.

14 Provisões e encargos trabalhistas

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Encargos sociais	54	16
Salários e ordenados	25	-
Provisão de férias	-	61
Total	<u>79</u>	<u>77</u>

15 Obrigações fiscais

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Imposto de renda retido na fonte a recolher sobre terceiros	32	11
PIS e COFINS retidos a recolher	13	1
Total	<u>45</u>	<u>12</u>

16 Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, considera os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia não possui registros de demandas judiciais ou extrajudiciais em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 está representado por 75.330.773 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal (46.939.523 em 2014), pertencentes à Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. O detentor de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (d).

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Dividendos

Conforme estatuto, o acionista tem direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

e. Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia Paranaense de Energia - COPEL por meio de instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), definiu que o montante de R\$ 48.644, será integralizado como Capital Social na Assembleia Geral a ser realizada no mês de abril de 2016.

18 Gerenciamento do capital

A gestão de Capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para o acionista e o risco para acionista e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31.12.2015	31.12.2014
Total do passivo	31.749	11.341
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1)	(12.450)
Dívida líquida (A)	31.748	(1.109)
Total do patrimônio líquido (B)	161.446	129.021
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	0,20	(0,01)

19 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31.12.2015								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	33.949	-	-	33.949	-	33.949	-	-
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	-	1				
Contas a receber e outros recebíveis	-	8	-	8				
Total	-	9	-	9				
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	31.625	31.625				

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31.12.2014								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	12.442	-	-	12.442	-	12.442	-	-
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	8	-	8				
Contas a receber e outros recebíveis	-	8	-	8				
Total	-	16	-	16				
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	11.252	11.252				

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2015.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas, são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentadas abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	12.450
Contas a receber e outros recebíveis	9	8	696
Aplicações financeiras	11	33.949	-
Total		33.958	13.146
Ativo circulante		9	12.968
Ativo não circulante		33.949	178

O principal mitigador do risco de crédito no contrato de comercialização de energia, de caráter irrevogável e irretroatável, é a possibilidade de resolução do pleno direito na hipótese de inadimplência, sem perdas das obrigações devidas até a data do distrato, acrescidas de indenização limitada a um ano de faturamento.

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela diretoria executiva, respeitando limites de créditos definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores e outras contas a pagar	13	31.625	11.252
Total		31.625	11.252

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses
31.12.2015				
Fornecedores e outras contas a pagar	31.625	31.625	101	31.524
31.12.2014				
Fornecedores e outras contas a pagar	11.252	11.252	11.252	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os gastos da Companhia ou no valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	Valor contábil	
		31.12.2015	31.12.2014
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	12.442
Aplicações financeiras	11	33.949	-

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumento	Exposição em 2015	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Elevação de índice em 25%		Elevação de índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	33.949	CDI	12,78	15,98	1.086	19,17	2.169
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					<u>1.086</u>		<u>2.169</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumento	Exposição em 2015	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Redução de índice em 25%		Redução de índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	33.949	CDI	12,78	9,59	(1.086)	6,39	(2.169)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					<u>(1.086)</u>		<u>(2.169)</u>

Fontes: a informação da CDI pela CETIP, na data-base do último dia útil de dezembro de 2015.

20 Despesas administrativas

	31.12.2015	31.12.2014
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal	(776)	(215)
Serviços contratados	(270)	(114)
Outras despesas	(419)	(46)
Total das despesas administrativas	<u>(1.465)</u>	<u>(375)</u>

21 Receitas e despesas financeiras

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	2.448	783
Total	<u>2.448</u>	<u>783</u>
Despesas financeiras		
Juros incorridos	(72)	(42)
Total	<u>(72)</u>	<u>(42)</u>
Receitas financeiras líquidas	<u>2.376</u>	<u>741</u>

22 Partes relacionadas

a. Controladora

A acionista da Companhia é a Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

b. Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, assistência médica, entre outros) o montante de R\$ 611 (R\$ 95 em 2014), contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”.

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado no exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionista, controladas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.
*Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2015 e 2014*

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2015 (nota 9)	31.12.2014 (nota 9)	31.12.2015 (nota 13)	31.12.2014 (nota 13)	31.12.2015	31.12.2014
Em contas a receber e outros recebíveis						
GE São Bento do Norte S.A.	(a) -	23	-	1.797	1.064	619
GE Olho D'Água S.A.	(a) -	243	-	2.358	1.844	635
GE Boa Vista S.A.	(a) -	294	-	1.156	696	326
GE Farol S.A.	(a) -	128	-	5.937	628	412
Total	-	688	-	11.248	4.232	1.992
Em dividendos a receber						
GE Farol S.A.	(b) 3.012	3.012	-	-	-	-

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015 (nota 13)	31.12.2014 (nota 13)	31.12.2015	31.12.2014
Em contas fornecedores e outras contas a pagar						
GE São Bento do Norte S.A.	(c) -	-	9.659	-	-	-
GE Olho D'Água S.A.	(c) -	-	6.506	-	-	-
GE Boa Vista S.A.	(c) -	-	3.094	-	-	-
GE Farol S.A.	(c) -	-	12.265	-	-	-
Total	-	-	31.524	-	-	-

- (a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (b) Refere-se a dividendos a receber da controlada GE Farol S.A. apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (c) Refere-se as remessas recebidas das controladas referente caixa excedente para manutenção de conta reserva vinculado ao financiamento mantido pelas controladas junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para garantir a operação.

Composição da Diretoria

Diretoria

Fabio Antônio Dallazem
Antônio Carlos Pereira de Araújo
Claumir Corsi Rodrigues

Contador

Ademilson Rodrigues dos Santos
CRC/PR nº PR-048673/O-6